

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.355.093 - SE (2018/0222698-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : JOSÉ MAURINO ALVES
AGRAVANTE : KATIUSCIA MELO RAMOS
AGRAVANTE : PAMELA ROBERTA MELO RAMOS
AGRAVANTE : ROGERIO ALVES
ADVOGADO : CIRO BEZERRA REBOUÇAS JUNIOR E OUTRO(S) - SE004101
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS - SE000897A
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA E OUTRO(S) - SE000896A
AGRAVADO : NEW CENTER COMERCIAL LTDA - EPP
ADVOGADO : JORGE LUIS ALMEIDA FRAGA E OUTRO(S) - SE001311

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO. INAPLICABILIDADE DAS NORMAS CONSUMEIRISTAS. MANUTENÇÃO DA TAXA DE JUROS CONTRATADA. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. AFASTADA A COBRANÇA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDO O APELO DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA E DADO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DOS RÉUS. À UNANIMIDADE.

I - No caso em comento, a empresa autora não é destinatária final do produto do financiamento obtido, tendo utilizado os valores na implementação das suas atividades empresariais com o fim de obter lucro.

II - A cobrança de capitalização mensal de juros é admissível, quando expressamente pactuada, o que não ocorreu no caso dos autos;

III - Impossibilidade de cumulação da comissão de permanência, devendo incidir, a título de encargos de inadimplência, juros moratórios de 1% a.m. e multa contratual de 2%;

IV - Manutenção da sucumbência recíproca e condenação em verba honorária.

IV Recursos conhecidos, para ser desprovido o apelo da instituição bancária e parcialmente provido o recurso dos réus.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo Tribunal de origem, adotando-se a seguinte ementa:

Processo Civil - Embargos de Declaração - Alegação de vício - Inocorrência - Ônus sucumbencial - Manutenção do Acórdão embargado - Recurso conhecido e desprovido. À unanimidade.

I - Os embargos de declaração não se prestam a novo exame do mérito, sendo rejeitados quando ausente qualquer um dos vícios do art. 1.022, incisos I, II e III, do CPC;

II - Pacífica é a jurisprudência acerca da impossibilidade de oposição de embargos aclaratórios com o único fito de se reexaminar a causa;

III - Mantida a regra da sucumbência recíproca, na medida em que os réus decaíram em cerca de metade dos pedidos formulados;

IV - Recurso conhecido e desprovido. Decisão unânime.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação ao artigo art. 28, § 2º, incisos I e II, da Lei nº 10.931/2004.

Sustenta que o o título executivo não se encontra-se revestido dos requisitos da liquidez e exigibilidade.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

O Tribunal de origem, assim se manifestou acerca da controvérsia:

[...]

No caso dos autos, o contrato anexado prevê, em sua cláusula sétima, a cobrança de juros à taxa mensal de 2,147%, equivalente à taxa efetiva anual de 29,035%, não se podendo, daí, presumir como prevista e admissível a cobrança de juros capitalizados.

[...]

Todavia, examinando com melhor acuidade a matéria, extrai-se que aludido texto não está relacionado à capitalização, inexistindo qualquer referência nesse sentido. Logo, não se pode presumir, tão somente através do referido cálculo, como contratada a capitalização mensal de juros. A sua incidência ocorrerá somente quando expressamente pactuada, em atenção ao Princípio da Boa-Fé objetiva que rege os contratos.

Admitir a compreensão de leitura de cláusula não expressa – ao permitir a capitalização mediante cálculo do duodécuplo da taxa mensal – representa ofensa à razoabilidade.

No caso dos autos, não há qualquer previsão expressa de incidência

de tal encargo contratual, devendo, pois, ser vedada a cobrança da capitalização mensal.

Logo, entendo descabida a cobrança da capitalização mensal.

[...]

No tocante à alegação dos réus quanto à ausência de disponibilização dos valores, é necessário destacar que os extratos apontam que foram utilizados recursos oriundos do contrato firmado entre os litigantes. Convém salientar que o pacto prevê a disponibilização de crédito de até R\$ 100.000,00 e, em se tratando de crédito rotativo, a sua liberação não ocorre automaticamente. Ou seja, a liberação em favor da empresa se dá na medida em que o valor utilizado é pago.

Ademais, a planilha é apresentada sobre o saldo devedor, sendo devidamente acostada pelo agente financeiro, não prosperando, pois, a alegação de inexigibilidade.

Ante o exposto, conheço dos recursos, para negar provimento ao apelo interposto pela instituição bancária e dar parcial provimento ao recurso manejado pelos réus, no sentido de afastar a cobrança da capitalização mensal de juros. Mantida a sucumbência recíproca, e, na forma do art. 85, § 11 CPC, majoro os honorários advocatícios ao percentual de 13% em favor do advogado dos réus.

É como voto.

O acolhimento das razões do recurso especial no tocante a iliquidez e a inexigibilidade do título, a fim de demover as conclusões da Corte de origem, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora